



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural

GRUPO DE TRABALHO - EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

DADOS:

Data/período: 05.09.2025, 14:30h

Sede principal: Brasília/DF

Tipo: virtual (zoom)

PARTICIPANTES:

- 1) ANALUCIA DE ANDRADE HARTMANN
- 2) SUZANA FAIRBANKS LIMA DE OLIVEIRA
- 3) ANTÔNIO AUGUSTO TEIXEIRA DINIZ
- 4) MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL
- 5) ANA CAROLINA HALIUC BRAGANÇA
- 6) MONIQUE CHEKER
- 7) TIAGO ALGUZIR GUTIERREZ
- 8) MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA

PAUTA

- (A) Divulgação de projetos e iniciativas de mudanças climáticas
- (B) Acordo de Cooperação Técnica para Calculadora de Danos Climáticos e a implementação de ferramentas no sistema único
- (C) planos para eventos e seminários sobre mudanças climáticas

DISCUSSÕES

(A) Planejamento de Visitas e Demarcação

A reunião começou com uma conversa informal sobre visitas programadas e uma conferência em Joinville/SC. Antonio Diniz discutiu planos para visitar a região de Tiago Gutierrez e mencionou que a Funai acompanharia para uma visita de reconhecimento. A conversa abordou questões sobre a execução de um título judicial de demarcação de terras indígenas, com Antonio e Tiago concordando em discutir mais detalhadamente antes das visitas programadas.

Diagnóstico da Calculadora de Emissões

Analúcia Hartmann discutiu o uso da calculadora de danos climáticos, com Ana Carolina Haliuc explicando que pretendia fazer um diagnóstico com procuradores de diferentes locais do Brasil para entender como incorporar esse componente em suas ações cotidianas ainda neste ano. Analúcia sugeriu incorporar informações sobre o uso da ferramenta no Sistema Único para monitorar sua utilização, sem torná-la obrigatória. Antônio Diniz concordou com a importância do diagnóstico para entender quando e como deve ser utilizada a ferramenta, enfatizando que ela deve ser usada de forma prudente e não banalizada em todos os casos.

Sistema de Levantamentos de Improbidade

Analúcia Hartmann relatou dificuldades técnicas no sistema para realizar levantamentos de processos de improbidade administrativa devido à falta de informações sobre prazos prescricionais obrigatórios. Os membros do GT discutiram então a implementação de um botão para melhorar o controle e uso do vocabulário,

com Suzana Fairbanks alertando sobre a necessidade de exigir o preenchimento para evitar que se tornem voluntários. Tiago Gutierrez sugeriu uma abordagem gradual, começando com capacitações e divulgação da ferramenta antes de tornar o preenchimento obrigatório, e todos concordaram em iniciar discussões com a equipe do Sistema Único.

Calculadora de Desmatamento e Cooperação

Debateram alternativas para implementar uma calculadora de desmatamento no Sistema Único, com Marcos Costa sugerindo criar uma categoria específica de laudo em vez de botões personalizados para facilitar a extração de relatórios. Antonio Diniz mencionou a necessidade de conversar com Daniel Lobo para incluir a calculadora no pacote de serviços da SPPEA, já que está em fase de revisão. Analúcia Hartmann informou que o Acordo de Cooperação Técnica com a 4ª Câmara foi aprovado pela Luiza Cristina (coordenadora) e será assinado em breve.

Adaptação Local e Sustentabilidade Climática

Analúcia Hartmann apresentou o projeto de levantamento de cenários locais de mudanças climáticas para cada Estado da Federação, que deverá incluir a realização de seminários em cada capital brasileira, para apresentar cenários científicos e cobrar ações de mitigação e adaptação. O grupo deliberou e aprovou o nome "**Adaptação Local em Foco: Construindo um Futuro Sustentável**" para um evento sobre mudanças climáticas. Analúcia Hartmann propôs enviar a provocação para representantes focais em todos os estados ainda em setembro, com o evento sendo organizado localmente com apoio regional. O grupo decidiu convidar órgãos governamentais, incluindo governadores e prefeitos, além de juízes federais, para estabelecer interlocução sobre questões ambientais e possíveis acordos.

Mapeamento de Áreas de Mangue

Monique Cheker levou a conhecimento um mapeamento bruto de áreas de mangue feito pela Mar Brasil para o cenário de 2050-2100, que identifica uma cidade que está principalmente sobre mangue aterrado e áreas que serão alagadas. Enfatizou a necessidade de implementação prática nos Estados para orientar licenciamentos e

compensações de empreendimentos, destacando que o estudo deve ser detalhado especificamente para cada área em vez de ser aplicado de forma genérica ao Brasil inteiro. Analúcia Hartmann concordou sobre a importância de ter estudos concretos e sugeriu organizar um seminário onde cientistas apresentem cenários específicos para cada estado, que poderiam nortear licenciamentos, planos diretores e zoneamentos ecológicos.

Seminário sobre Mudanças Climáticas

Monique Cheker trouxe a ideia para um seminário sobre mudanças climáticas, propondo uma parte científica com a academia e órgãos de monitoramento ambiental, incluindo discussões sobre impactos climáticos no licenciamento. Mona Lisa mencionou desafios com a disponibilidade de cientistas devido a viagens, especialmente Moacyr Araújo que estará na Antártida, e Marcos Costa sugeriu envolver o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco que recebeu investimento de quatro milhões para tecnologia de mudanças climáticas. Antonio Diniz anunciou um curso sobre direito à economia das mudanças climáticas que será realizado de 24 a 26 de novembro, com participação de professores da USP e outras instituições, e Analúcia Hartmann sugeriu promover o evento através da Secom para maior divulgação.

Organização de Seminários Ambientais

Suzana Fairbanks e Analúcia Hartmann discutiram a organização de seminários práticos sobre questões ambientais, com foco em evitar que se torne uma audiência pública confrontacional. Concordaram em trabalhar colaborativamente com o GT em São Paulo, dividindo tarefas e envolvendo pessoal adicional como Sandra Kishi para auxiliar na organização. Analúcia Hartmann se comprometeu a elaborar uma provocação no final de setembro e desenvolver um cronograma para o final do ano, enquanto Mona Lisa sugeriu a possibilidade de realizar um evento conjunto com o Ministério Público Estadual.

Ciclo Nacional de Debates

Analúcia Hartmann expressou preocupações sobre a participação do Ministério Público Estadual em eventos, argumentando que eles têm mais poder político e estão mais próximos do governo estadual do que o federal. Discutiu-se na sequência a possibilidade de criar um "ciclo nacional de debates" da 4ª Câmara como uma forma de abordar os órgãos estaduais e o Ministério Público brasileiro de forma mais estruturada. Mona Lisa Ismail mencionou a importância de incluir líderes comunitários que desenvolveram planos de adaptação comunitária, e acordaram em trabalhar com o Procurador chefe de Pernambuco, Rodolfo Soares Ribeiro Lopes, para organizar o evento em Recife. Também acordaram a necessidade de realizar o evento em São Paulo, se possível na semana de 23 a 27 de fevereiro de 2026, reconhecendo que o prazo é apertado.

Transição Energética com EPE

Suzana Fairbanks relatou que a participação do subgrupo em uma reunião com a empresa pública de energia - EPE, onde foram discutidos vários temas relacionados à transição energética, incluindo questões técnicas e jurídicas sobre termelétricas e licenciamento ambiental. O volume de trabalho potencial impressionou e cogitou-se estabelecer o engenheiro ambiental Marcos Conde como ponto focal para futuras colaborações. Suzana Fairbanks mencionou que a EPE enviará material técnico para a equipe refinar seus temas de atuação, e o grupo planeja reagendar uma nova reunião em duas semanas para dar continuidade às discussões.

Subsídios Energéticos e Transição

Tiago Gutierrez abordou questões econômicas relacionadas aos subsídios de energia, incluindo problemas com geração distribuída solar e termelétricas, sugerindo conversar com o grupo de trabalho sobre energia da 3ª Câmara para entender melhor o sistema energético. Analúcia Hartmann compartilhou informações sobre ações legais relacionadas aos subsídios de carvão e sugeriu conversar com Dermeval, que possui dados específicos sobre os subsídios. Suzana Fairbanks propôs organizar uma segunda reunião do grupo de transição energética para discutir essas questões com Dermeval e um especialista técnico. Analúcia indicou o ex-Deputado Mauro Passos como possível

consultor. Marcos Costa sugeriu criar notebooks temáticos compartilhados com documentos normativos e técnicos para facilitar o trabalho do grupo.

ENCAMINHAMENTOS

- a) À Dra. Ana Carolina Haliuc: realizar um diagnóstico sobre as dificuldades de incorporação do componente de dano climático na atuação cotidiana do MPF, entrevistando procuradores de diversos locais do Brasil e continuar trabalhando na customização da calculadora de dano climático para o contexto do MPF.
- b) À Coordenadora do GT: enviar provocação aos representantes focais nos estados para começarem a articular o projeto "**Adaptação local em foco: Construindo um futuro sustentável**".
- c) À Coordenadora do GT: negociar com a 4ª Câmara a forma como será divulgada a informação sobre a existência da calculadora e a orientação para sua utilização; e também conversar com Daniel Lobo para incluir a calculadora no pacote de serviços da SPPEA.
- d) Ao Dr. Marcos Costa e Dra. Monalisa: obter apoio da Procuradoria Regional para o evento em Recife, definir se o evento ocorrerá ainda este ano ou no próximo ano, e retomar contatos prévios com órgãos ambientais sobre a inclusão dos impactos climáticos no licenciamento para feedback durante o seminário em Recife.
- e) Ao Dr. Tiago Gutierrez e Dr. Antônio Teixeira Diniz: conversar sobre a execução do título judicial da demarcação das terras indígenas antes da visita de Antônio Diniz a Joinville.

Próxima reunião do grupo: a definir data

ANALUCIA HARTMANN
Procuradora Regional da República
Coordenadora do GT Emergências Climáticas